

**Press Release**

**Porto | 03 junho| 2022**

***CONGRESSO NACIONAL – DIÁLOGOS SOBRE POBREZA***

**“O papel da Economia no combate à Pobreza” encerra congresso, em Lisboa**

O último dos 4 seminários do congresso “Diálogos sobre a Pobreza”, terá lugar no auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, e é subordinado ao tema “O papel da Economia no combate à Pobreza”, sendo que a sessão de abertura conta com a presença do presidente da EAPN Portugal, Monsenhor Jardim Moreira, Luís de Melo Jerónimo, diretor do programa Gulbenkian Desenvolvimento Sustentável, Laurinda Alves, vereadora da Câmara Municipal de Lisboa e Augusto Santos Silva, presidente da Assembleia da República.

Em 2020, apesar da forte contração económica provocada pela Pandemia da COVID-19, o rendimento médio por adulto equivalente subiu em termos reais 3,3%, passando de 1 058 €/mês para 1 093 €/mês. O rendimento mediano teve um comportamento similar passando de 900€/mês para 924 €/mês. Portugal era, antes dos efeitos da crise económica e social provocada pela pandemia, o 11º país com rendimento mais baixo do conjunto dos países da União Europeia. No entanto, este crescimento verificado em 2020 não se refletiu, porém, sobre todas as famílias. De acordo com os dados publicados pelo INE o valor do percentil 10 (a fronteira que separa os rendimentos dos 10% mais pobres das restantes famílias) diminuiu cerca de 7% evidenciando uma forte retração do rendimento das famílias mais vulneráveis.

Em 2020 o coeficiente de Gini[[1]](#footnote-1) sofreu um agravamento de 1,8 pontos percentuais, fixando-se no valor de 33.0%. Como consequência dos efeitos sociais desiguais da pandemia a tendência de descida do coeficiente de Gini iniciada em 2014 foi assim interrompida. Este agravamento do coeficiente de Gini constituiu igualmente a maior variação deste indicador de desigualdade verificada num único ano desde 2003.

As desigualdades têm impacto na transmissão intergeracional da pobreza. A perspetiva de mobilidade intergeracional ou ao longo do ciclo de vida é menor nos países com níveis mais elevados de desigualdades. O relatório da OCDE de 2018, *A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility* sublinha que os filhos de famílias mais vulneráveis têm maior dificuldade numa mobilidade social ascendente com impacto em áreas como saúde, educação, ocupação e rendimentos. Por outro lado, as famílias com maiores recursos transmitem-nos aos seus filhos sendo mais difícil uma mobilidade descendente. Relativamente a Portugal, este relatório indica que 24.5% dos filhos de pais com baixos rendimentos têm igualmente baixos rendimentos quando adultos. Apesar da mobilidade de rendimento ser um pouco mais elevada do que a média da OCDE, onde 31% dos filhos de pais com baixos rendimentos permanecem com baixos rendimentos, quando considerada a mobilidade na ocupação verifica-se uma mobilidade inferior à média da OCDE. Em Portugal 55% dos filhos de operários ou trabalhadores manuais tornam-se igualmente operários, comparativamente com os 37% da média da OCDE. Por outro lado, quando considerado 10% da população com rendimentos mais baixos, segundo este relatório, são necessárias 5 gerações para que as crianças nascidas nesse contexto alcancem o rendimento médio da população, um valor também superior à média da OCDE (4.5).

Tal como a OCDE assinala, em contextos de desigualdade de rendimentos e de oportunidades, a falta de mobilidade ascendente para a população com menores rendimentos significa que vários talentos são desperdiçados, perdem-se oportunidades de investimento e o potencial económico é subdesenvolvido. Por outro lado, a imobilidade social entre a população vulnerável ou o risco de mobilidade descendente entre a classe média reduz a satisfação com a vida, a autoestima individual, a coesão social, a perceção de que a sua opinião conta e, consequentemente, reduz a confiança no sistema sociopolítico com consequências negativas em termos de participação democrática e de crescimento do populismo e extremismo. No reverso desta moeda a OCDE indica a falta de mobilidade descendente entre os mais ricos que aponta para um “protetorado” baseado num acesso desigual às oportunidades económicas, financeiras e de educação. A acumulação destas oportunidades é má para a sociedade e promove elevados custos de eficiência.

**Estas e outras perspetivas estão vertidas no documento produzido pela EAPN Portugal que servirá de ponto de partida para o debate que deixará pistas para agir.** Entre as recomendações, encontra-se “o combate à corrupção e evasão fiscal enquanto desígnio nacional; uma maior e melhor distribuição da riqueza através da política fiscal bem como uma remuneração justa e condições de trabalho dignas; melhores prestações sociais substitutivas do rendimento do trabalho, incluindo melhores pensões; a necessidade de se olhar para o envelhecimento como uma questão de sustentabilidade da economia nacional e, por último, a implementação de mecanismos de *poverty proofing*, ou seja, a avaliação do impacto das medidas de política económica na produção, manutenção, agravamento ou na diminuição e erradicação da pobreza.

No sítio dedicado à iniciativa em <https://congresso2022.eapn.pt> encontrará toda a informação disponível sobre o evento, nomeadamente os oradores convidados. O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, encerra o encontro.

**+ info:**

EAPN Portugal

Rua Costa Cabral, 2368

4200-218 Porto

e-mail: comunicacao@eapn.pt

Tel: 225420800/ 96 6698549

Facebook: <https://www.facebook.com/EAPN-Portugal>

Blog: <http://flashrede.blogspot.pt/>

Site: [www.eapn.pt](http://www.eapn.pt)

Twitter: <https://twitter.com/eapn_pt>

1. indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo), in INE. [↑](#footnote-ref-1)